Notas

1. No original, *savantes.* N. T.
2. Commitee of the Regional Plan of New York and its Environs, Regional Survey of New York and its Environs, *New York: regional plan of New York and its environs*, v. 1, 1929, p. 31:

   (...) The assignement of the land to the various uses seems to the superficial observer to have been made by the Mad Hatter at Alice's tea party. Some of the poorest people live in conveniently located slums on high-priced land(...) A stone's throw from the stock exchange the air is filled with the aroma of roasting coffee; a few hundred feet from Times Square with the stench of slaughter-houses(...) Such a situation outrages one's sense of order. Everything seems misplaced. One yearns to rearrange the hodge-podge and to put things where they belong.
3. Patrick Geddes, "Civics: as concrete and applied Sociology. Part II", in *Sociological Papers*, vol 2, 1906, p. 95:

   (...) even to recognise, much less treat, the abnormal, we must know something of the normal course of evolution.
4. Manuel Castells, *La question urbaine*, Paris, François Maspéro, 1972, p. 440.
5. Léon Jaussely, "Avertissement", in Raymond Unwin, *L'étude pratique des plans de ville*, Paris: Librairie Centrale des Beaux Arts, 1922, p. III.
6. Commitee of the Regional Plan of New York, Regional Survey, v. 1, p 18:

   (...) the area of New York and its environs may be linkened to the floor space of a factory. Regional planning designates the best use of this floor space - the proper adjustment of areas to uses.
7. Jacob Riis, citado por Albion F. Bacon, *What bad housing means to the community*, Department of Social and Public Service, Social Service Bulletin nº 13. Boston: American Utilitarian Association, 1910, p. 12:

   You can't let people live like pigs and expects them to make good citizens.
8. Jack London, 1903, *The people of the Abyss*, New York, Macmillan. Charles Booth, *Labour and life of the people of London*, London, vol. 1, 1989, pp. 94-105.
9. Henry Sellier, "Les aspects nouveaux du probleme de l'habitation dans les agglomérations urbaines", *La vie urbaine*, nº 15, avril 1923, p 86.
10. Ele observa, a respeito da vila de Cradock, Virginia: "*it does represent the type of organized community which can be established, in contrast with the indefinite extension of the typical suburb*" (Arthur C. Comey, Max S. Wehrly, "Planned Communities", in *National Resources Comitee, Urbanism Commitee, Suplementary Report*, vol. 2, Urban Planning and Land Policies, Washington, D. C., 1939, p. 61).
11. No original, *enqueteur de terrain.* N. T.
12. Claude Levi-Strauss, *Tristes trópicos*, Paris, Plon, 1955, reédition 10-18, 1962, p. 346-347.

As maquinarias inglesas do conforto*

François Beguin

Tradução: Jorge Hajime Oseki
Revisão: Suzana Pasternak

As grandes pesquisas de 1840-1850

Entre 1840 e 1845, duas grandes pesquisas foram efetuadas na Inglaterra pela administração pública sobre o que chamaríamos hoje o habitat.[1] Denominação sem dúvida mal escolhida já que o interesse dessas pesquisas é justamente mostrar como o habitat se constitui, administrativa e tecnicamente, como um novo domínio de intervenção política. É, portanto, somente *a posteriori* que podemos encontrar nessas pesquisas os primeiros desenvolvimentos de uma política do habitat e isto porque as questões que foram abordadas e o tratamento que lhes foi imposto caracterizam bem o que hoje, para nós, englobaria uma política do habitat.

Bem decepcionantes para quem procurava grandes visões arquitetônicas da habitação, estas pesquisas referem-se mais à doença e à delinqüência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos, às formas físicas através das quais os fluidos e as práticas poderão ser canalizados e regulados; mas também o que custa tratá-los, assistí-los ou reprimí-los e o que custaria reduzir estas despesas agindo sobre a série de componentes físicos que constituem o ambiente do pobre.

Nada de grandes programas arquitetônicos portanto - nesta época o habitat interessava pouco aos arquitetos -, mas uma gigantesca empreitada[2] que visava a reduzir o ambiente a dados técnicos cuja incidência sobre o comportamento e a doença fosse estabelecida estatisticamente, calculada em seus efeitos e comparada sempre a este outro modo de funcionamento do ambiente possibilitado pelos mais recentes progressos tecnológicos e pela redistribuição dos poderes no seio do empreendimento[3] urbano.

De fato, se a arquitetura aparece como um componente importante destes programas de higiene e de salubridade, esta sempre é reduzida às aptidões físicas das formas utilizadas na habitação e dos efeitos produzidos por estas formas sobre os fluidos ou sobre um modo de distribuição de pessoas e serviços. Efeitos cuja particularidade é serem eles próprios subordinados a outros órgãos de maquinaria urbana - os esgotos, o aparelho de distribuição de água -, e estarem assim intimamente ligados às características ambientais do objeto arquitetônico.

Entre estes aparelhos e estes espaços, uma continuidade foi estabelecida, o que faz com que o habitat seja alguma coisa bem diferente da construção de habitações e bem próximo de uma série de normas técnicas que definem as condições gerais de habitabilidade. Não procuremos portanto nestas pesquisas um grande discurso sobre a espacialidade, tentemos antes ver como nelas novos saberes, novos aparelhos e novos atores definem um novo regime para o ambiente do pobre a partir dos componentes mais materiais deste ambiente. Não vamos nos decepcionar se não encontrarmos uma grande visão da cidade ou da casa e se, ao invés, pudermos ver como categorias médicas, econômicas e a aritmética reduzem a cidade e a casa a dados puramente técnicos, a números.

O preço do desconforto

A montante destas investigações, uma multidão de pesquisas pontuais realizadas a partir do

* *Este artigo (publicado na revista Recherches* nº 29, dez 1977, dedicada ao tema "O fôlego dos subúrbios - cidade, habitat e saúde no século XIX", textos reunidos por Lion Murard e Patrick Zylberman) é uma nova versão reduzida da contribuição de F. Beguin a um estudo realizado, graças ao concurso do Comitê pela Pesquisa e o Desenvolvimento em Arquitetura (DGRST - CORDA), entre setembro de 1975 e maio de 1977, por J. M. Alliaume, B. Barret-Kriegel, F. Beguin, D. Rancière, A. Thalamy, sob a direção de M. Foucault, e publicado sob o título *Políticas do habitat* (1800-1850), Corda, 1977.

fim do século XVIII sobre cidades e bairros evidenciam já o caráter vicioso de certos ambientes. A isto se somam as numerosas informações recolhidas graças ao esquadrinhamento das populações pelos diferentes aparelhos de assistência e seguridade social a partir dos quais se afirmam cada vez mais claramente as relações entre a pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade.

Se a grande pesquisa dirigida por Chadwick confirma a relação entre insalubridade e as más condições de habitação e uma taxa de mortalidade elevada, uma baixa esperança de vida e a doença, sua originalidade repousa na atenção dedicada ao custo econômico e social do desconforto. "... Os fatos demonstram a importância política e moral destas considerações, a saber: que os ambientes físicos insalubres deterioram a saúde e o estado físico da população; que, por isso mesmo, eles agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminuindo a esperança de vida da população operária adulta, eles interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que eles substituem uma população que acumula e conserva a instrução, que melhora constantemente, por uma população que é jovem, ignorante, crédula, apaixonada e perigosa, como resultado de sua inclinação permanente à degradação física e moral".[4]

Custo econômico que é traduzido tanto igualmente pelo cálculo das jornadas de trabalho perdidas por causa de doenças como pelas despesas das instituições,[5] pelas cifras que medem o que custa à sociedade cuidar das viúvas e dos órfãos. Sir James Mc Grigor, o diretor do Serviço Médico do Exército, comparando os méritos respectivos dos recrutas originários das cidades e do campo, estabelecerá um balanço amplamente positivo em favor dos últimos e sublinhará a pouca resistência e a inferioridade física e moral dos soldados recrutados nas cidades.[6]

O custo social do desconforto, sobre o qual insistirão as pesquisas posteriores, é a desagregação das famílias, a dissolução da "humanidade",[7] o desenvolvimento de hábitos e tendências anti-sociais. "A influência imoral da sujeira e do desconforto nunca foi suficientemente levada em consideração. Esta influência é anti-social no mais alto grau, o estado miserável de sua casa é uma das causas essenciais que conduz um homem a gastar seu dinheiro em prazeres egoístas: ele entra em casa esgotado, aspira à tranqüilidade, tem necessidade de repousar: a sujeira, a miséria, o desconforto sob todas as formas o cercam, ele só deseja então ir embora, se puder".[8]

O que diferencia claramente estas pesquisas daquelas realizadas na França no final do século XVIII, no âmbito da Sociedade Real de Medicina, é este perpétuo vaivém entre a descrição de ambientes físicos viciosos e os próprios efeitos corporais que têm uma incidência sobre diversas engrenagens da economia social. De um lado, o que produz ou favorece a doença, a imoralidade e a ilegalidade, de outro, os efeitos destas condutas sobre o equilíbrio familiar, o trabalho, os sistemas de assistência ou repressão, o exército.

Com relação às descrições médicas anteriores, uma outra diferença que pode ser notada é a redução do ambiente a seus componentes mais técnicos: os esgotos, o sistema de drenagem, o modo de limpar as ruas e coletar o lixo, a distribuição da água, as falhas arquitetônicas. "Em cada bairro onde a febre reaparece freqüentemente e se propaga, encontramos regularmente um mau sistema de drenagem e água em quantidade insuficiente, poucos varredores, um grande acúmulo de sujeira; e eu observei isto com tal regularidade que habituei-me a apresentar os fatos desta maneira. Se desenharmos um mapa dos locais atingidos pela febre e compararmos este mapa com o da Comissão encarregada dos esgotos, descobriremos que onde os esgotos não passaram, a doença se espalhou bastante, inversamente, onde eles passaram, a doença é comparativamente quase ausente".[9]

Se o custo da doença pode ser enunciado em termos cada vez mais concretos e mensuráveis, a própria saúde torna-se um problema técnico que podemos controlar com a ajuda de engenheiros e artefatos sanitários.

No horizonte destas pesquisas, uma vontade de atacar as causas e não os efeitos, a idéia de que é melhor prevenir do que curar ou reprimir, e a certeza de que os investimentos que poderão ser realizados para melhorar a salubridade e desenvolver a higiene serão fartamente recuperados por outro lado, sob a forma de um ganho em saúde e uma aptidão melhor ao trabalho. "Ao invés de novos impostos destinados a melhorar as condições de habitação, o sistema de esgotos e a salubridade das casas podem ser considerados como meios que permitem reduzir os custos elevados devidos atualmente à própria doença e suas conseqüências imediatas: interrupção do trabalho e perda do salário".[10] No *First report* (Primeiro relatório), vários quadros comparativos dão forma a esta idéia bem concreta colocando frente a frente o cálculo das despesas ocasionadas direta e indiretamente pela doença e as despesas de instalação e funcionamento do aparelho de salubridade.[11]

O habitat: um novo regime da economia urbana e doméstica

Uma vez passadas, cidades e casas, pelo crivo dos números, pouco resta. E no entanto, se devêssemos definir o que torna possível uma política do habitat, sem dúvida seria necessário começarmos por levar em conta o próprio fato de ser possível efetivar uma tal redução. Por conseqüência, é necessário levar em consideração operações teóricas que permitam relacionar, cada vez com maior precisão, as doenças de insalubridade e certas formas de transgressão a alguns fatores técnicos implicados na economia doméstica dos pobres; levar em consideração também operações que permitam calcular o custo econômico e social do desconforto e operações que estabeleçam uma relação positiva em favor da prevenção. É preciso não esquecer as lições que Chadwick e outros souberam tirar da experiência sanitária conduzida por muito tempo no exército.[12] Mas o essencial seria a própria possibilidade que se abre a partir de então, ao Estado, de reverter uma tendência patológica e moral, acentuando seu controle sobre os aparelhos da salubridade e da higiene para domesticar os efeitos e modificar assim as normas de funcionamento da casa.

De modo que se o habitat não diz respeito em primeiro lugar à construção de casas, domínio que há muito tempo caía sob a esfera legislativa, é porque o habitat diz respeito mais ao modo pelo qual quer-se fazer funcionar a casa, os aparelhos, as competências e as fontes de financiamento que esta empreitada deverá mobilizar.

Para situar esta tarefa, é preciso recuar um pouco. Porque se, de um lado, estas pesquisas podem ser vistas como o ponto de partida para uma política do habitat, por outro, pode-se também considerá-las como um marco do momento histórico onde convergem processos mais amplos de redistribuição e reorganização dos serviços que asseguram o funcionamento de uma cidade, sem os quais ela não existiria.

Este movimento, podemos examiná-lo em vários níveis: considerando sua dimensão técnica, isto é, examinando sobre quais mecanismos[13] ou quase-mecanismos se apóia a empreitada sanitária e de higiene e quais foram as conseqüências da introdução destes aparelhos sobre as normas de habitabilidade e a concepção de conjunto do espaço urbano; considerando sua dimensão política já que a instalação deste aparelho supunha uma transferência sensível de responsabilidade no seio do empreendimento urbano e que esta instalação era, enquanto tal, uma condição necessária da reforma da economia doméstica pretendida pelos poderes públicos.

Novos aparelhos para fazer funcionar a casa

Se o século XVIII havia reconhecido a existência de uma patologia urbana, o que caracteriza o começo do século XIX é um desenvolvimento sem precedentes dos meios técnicos que vão permitir frear as doenças da insalubridade. Parent Duchatelet notava, em 1824, a propósito dos novos esgotos construídos em Paris e considerados por ele como os monumentos mais úteis, "como é pequeno o número de pessoas que refletem um pouco sobre as conseqüências de tal obra!. Porque esta obra escapa aos nossos olhos, ignoramos por que meio nossa saúde se conserva, como o ar que nos cerca é respirável, por que milagre uma região que era há pouco um charco infecto se encontra coberta de palácios e de magníficos teatros, porque a causa de todos estes benefícios está escondida sob a terra; não pensamos também nos infelizes que dedicaram suas vidas a essas obras, porque não os vemos, porque não temos com eles nenhuma relação...; enquanto que com relação às fossas de nossas habitações, nós sentimos melhor do que ninguém tanto os inconvenientes como as vantagens".[14]

As idéias implícitas na organização salubr[e] da casa e de seu entorno são simples e, par[a] alguns, conhecidas há muito tempo - drena[r] a água estagnada responsável pela umidad[e] das habitações, distribuir água pura a domi[cílio] cílio e organizar a evacuação das águas serv[idas] das, tornar mais eficazes os métodos de lim[-] peza de ruas e coleta do lixo, garantir um[a] circulação tão livre quanto possível do ar [e] da luz. O que faz a originalidade das conc[...]

pções de salubridade que serão desenvolvidas na primeira metade do século XIX não são portanto os princípios que, em essência, permanecem os da reflexão dos médicos do século XVIII, mas seu investimento em grandes obras obedecendo a uma nova lógica da salubridade. Assim, não é mais ao arquiteto que é confiada a tarefa de extrair, a partir de sua própria experiência e das lições de Vitrúvio, as normas que devem orientar as construções, nem mais os habitantes seriam obrigados a realizar certos atos de limpeza, como ainda era o caso no fim do século XVIII (varredura e lavagem das ruas, por exemplo), nem se tratava de deixar aos pequenos ofícios (de carregadores de água, de removedores de lodo, de limpa-fossa) as tarefas que sempre fizeram. No século XIX, uma nova lógica de salubridade se impõe. Esta lógica tem a particularidade de ser ao mesmo tempo inspirada pelas grandes obras da Roma Antiga, pelas descobertas de Harvey sobre a circulação sangüínea e pelos mais recentes progressos da tecnologia.

Rendendo uma interessante homenagem à Harvey: "a descoberta feita pelo imortal Harvey da circulação que opera no corpo dos indivíduos nos preparou para admitir uma descoberta tão rica e análoga: aquela da circulação que se opera no corpo social",[15] F. O. Ward condensou numa imagem, resumindo bem suas características maiores, o sistema sanitário urbano: "sistema cuja base essencial é uma circulação incessante de água: água pura que chega à cidade e água servida que, em movimento perpétuo, sai, também, da casa e da cidade sem ter engendrado cloacas ou reservatórios que são, como já assinalamos, formas congênitas de estagnação pestilenta".[16]

Foi desenvolvendo concepções cada vez mais próximas deste modelo que os engenheiros ingleses convocados para as pesquisas precisaram as modalidades de aplicação do sistema sanitário e sublinharam a interdependência dos componentes: "Quando um sistema assume sua função, um outro deve complementá-lo, e a utilização da água, mesmo fornecida em grande quantidade, será limitada e restrita por todo problema relativo à sua evacuação. Sua utilização como instrumento de limpeza e evacuação dos dejetos graças aos WC está diretamente ligada ao estado dos dutos de evacuação. Se estes dutos estão mal adaptados, mal construídos ou mal enterrados no solo, um fluxo suficiente não pode ser gerado, dado que as sujeiras se acumularão nestes dutos, provocando obstruções desagradáveis, que serão, por sua vez, responsáveis por odores terríveis exalados...".[17]

Dedicando aliás a todos os detalhes desta maquinaria um espaço considerável - cálculos a respeito da velocidade da água nas canalizações, a forma e as dimensões dos dutos, os diversos procedimentos de filtragem e de distribuição de água sob pressão -, estas pesquisas não permitem duvidar da importância capital que assumem, nesta época, estes novos órgãos, na gestão do espaço urbano e, em particular, no funcionamento da habitação. Não se trata somente da extensão deste dispositivo, dos recursos tecnológicos e econômicos utilizados na sua concepção, da possibilidade, que se abrirá por seu intermédio, de atingir o habitante para além de limites inacessíveis até então, mas também o desafio que está no fundamento desta empreitada. São todos estes fatores que recolocam num outro nível de experiência o que foi tratado no passado, seja por companhias, seja através de pequenos ofícios e da própria população.

Quanto à importância global destes novos dispositivos no pensamento urbano da primeira metade do século XIX, nada melhor para avaliá-la que quando engenheiros falam em "beleza" a propósito deste sistema circulatório ou de pintores que, como John Martin, o ilustrador do *Paraíso perdido* de Milton, desenham mil projetos de canalizações de água e esgoto para a cidade de Londres, atraindo o público a investir nas companhias que eles próprios organizaram, como a *Metropolitan Sewage Manure Company* (Companhia Metropolitana de Esgotos e Estercos).[18]

As conseqüências destes desenvolvimentos técnicos são importantes e isto por várias razões. Por um lado, as condições de habitabilidade não estarão mais circunscritas pelas características de um local; elas não remetem mais às qualidades de um solo, de um clima, nem a uma localização das casas, dos bairros e das cidades num entorno qualitativamente diferenciado. A partir do século XIX, estes princípios de localização e de distribuição, que tinham no século precedente uma grande importância, deram lugar a princípios teóricos e técnicos referentes à gestão dos fluidos. Não habitamos, portanto, mais em um lugar definido pela proximidade de um charco ou de um hospital, pela direção dos ventos, pela alternância das estações e culturas, pela passagem de meteoros, pelas características do céu ou pela dessecação de um lago; habitamos formas técnicas no interior das quais

[illegible]anismos canalizam fluxos e mantêm nossa saúde. O habitável então não tem mais limites naturais e sim limites técnicos, econômicos e políticos.

Outra conseqüência importante: a redefinição dos modos de apreensão do espaço urbano e do próprio desenho urbano que vai operar sobre uma base de informações e de condições necessárias ao funcionamento ótimo destes novos órgãos. Um dos pontos sobre os quais os engenheiros ingleses mais insistem refere-se ao papel essencial que devem ter, de agora em diante, os dados topográficos em todos os trabalhos ligados à instalação do sistema sanitário. As funções conferidas ao *surveys* são múltiplas. O conhecimento das curvas de nível e das principais linhas de drenagem natural deve permitir organizar com maior eficiência e maior economia a drenagem artificial, uma complementando a outra, suprindo suas falhas. Além disso, por ocasião da abertura de novas ruas e graças a tal projeto "o engenheiro poderá imediatamente tomar conhecimento da declividade e das características do terreno e verá quais as linhas de drenagem melhor adaptadas".[19] Igualmente, com base nestas informações, serão orientadas as canalizações de água e gás. Quanto aos dados geológicos, cuja importância é sublinhada muitas vezes, eles servirão não somente a todos os trabalhos de viabilização, mas também à construção dos novos edifícios: "A escolha racional do terreno de uma nova construção é tão dependente do conhecimento que se pode ter dos dados relativos às formações geológicas e das facilidades que elas oferecem, que o geômetra deverá recorrer ao geólogo a fim de completar seu plano a este respeito".[20] Para o arquiteto, a utilidade de maior destes dados será poder considerar de antemão "todas as futuras rela[illegible] da casa"[21] e poder assim ajustar seu projeto aos dados técnicos e geológicos do ambiente.

Frente a tantas possibilidades abertas pelo *survey* só podemos estranhar que ele não ocupe um melhor lugar nas histórias do urbanismo. Talvez pela razão negativa de que com ele desaparece toda uma série de dados sensíveis que por muito tempo tiveram um papel não negligenciável nos trabalhos de planejamento urbano, guiando assim a implantação das construções. Não somente o *survey* permite, independentemente de todo contato sensível com o terreno, a implantação de um edifício e (...) de seu projeto, mas ainda, eliminando todo parasitismo[22] sensível, permite utilizar um conjunto de pontos de apoio naturais da construção. Diferentemente dos planos utilizados no passado, e que serviam sobretudo para regulamentar alinhamentos, para circunscrever o desenvolvimento das construções, ou ainda às vezes para certos trabalhos de embelezamento - funções negativas ou ornamentais -, o *survey* modifica o regime geral da construção inscrevendo-a num novo ambiente feito de componentes geológicos e órgãos técnicos. São as funções positivas do *survey*, o fato de que ele dá a todos os construtores uma série de informações úteis à economia da construção, que fazem dele uma configuração mais operacional do que os antigos planos.

Por um outro lado, reduzida a dados geológicos e técnicos, a densidade histórica da cidade entra em curto-circuito, o apelo aos dados sensíveis fica descartado, o urbano fica banalizado em benefício de novas configurações operacionais.

Esta dissolução da cidade em benefício de uma concepção do urbano como meio, onde se entrecruzam os órgãos da maquinaria urbana e os componentes físicos de um terreno, parece ter sido freqüentemente negligenciado. Sobretudo na França, onde os grandes trabalhos haussmannianos deslocaram a atenção para as obras monumentais, que não parecem caracterizar com mais pertinência o que constitui a originalidade do urbanismo moderno. Mas é preciso se perguntar se o urbanismo haussmanniano, pela própria importância que atribuiu ao espetáculo, não foi, na origem, uma dupla confusão.

Uma primeira confusão liga-se à imagem espetacular que Napoleão III e Haussmann deram a obras sanitárias que, em outros lugares, e na Inglaterra notadamente, foram realizadas independentemente de qualquer procura por efeitos visuais e mesmo sem apelar para nenhum dado sensível. Portanto, o que faz a originalidade e a modernidade das concepções urbanas inglesas - esta ruptura completa com o sensível, tanto ao nível dos motivos que decidiram estas obras sanitárias, quanto a nível dos meios empregados para atingi-las - é mascarada na França, por uma procura de visibilidade mais de ordem arcaica que moderna. A outra confusão provocada pelas obras hausmannianas é que, pelo próprio fato de suas dimensões espetaculares, freqüentemente tendeu-se a somente registrar seus efeitos negativos: demolições, destruição da velha Paris etc...

O que não foi então notado é que esta percepção só mostra um aspecto menor e quase marginal do urbanismo moderno e que o urbanismo moderno não nasce com estes avanços, mas com as técnicas que permitem compreender e quantificar certos fenômenos urbanos, fabricar novas imagens da cidade, captar e distribuir água, organizar a drenagem, mas também iluminar as ruas, vigiar os habitantes etc. Deve-se, portanto, perguntar se, de fato, a história da cidade, Paris, Londres ou Berlim, não foi muito freqüentemente confundida com a história do urbanismo, abrindo assim a possibilidade de uma leitura negativa da história urbana. Para evitar uma tal confusão, nós pensamos que é preciso distinguir mais claramente o desenvolvimento de um saber e de uma tecnologia do urbano, a partir do fim do século XVIII, dos seus efeitos sobre a materialidade urbana encarada em sua densidade histórica e seu contorno sensível.

Por todas estas razões, é ainda interessante notar que se, mesmo na Inglaterra, o desenho urbano não é externo à empreitada de saneamento, nunca é em relação a uma procura por efeitos visuais que ele se transforma, mas sim em relação estrita com um conjunto de dados técnicos e econômicos ligados ao modo de funcionamento deste aparelho. Por ocasião das pesquisas, um engenheiro, W. Butler, ao ser convidado a emitir sua opinião sobre a maneira conveniente de organizar a futura expansão da cidade, dirá: "eu penso que o plano de sir Christopher Wren para a reconstrução de Londres pode servir de exemplo, ilustrando as vantagens de uma planificação racional dos subúrbios e dos novos bairros. Ele permite reduzir distâncias instaurando um sistema de comunicações por vias diagonais. E estas vias diagonais, penetrando todas as zonas construídas, facilitam a circulação dos ventos e dos raios benéficos do sol".[23] Nos anos 1840-1850, encontramos por toda parte esta exigência de adequação do desenho urbano à lógica destes elementos - o ar e a luz - e dos condutores de elementos - canalizações de água e esgotos - sem esquecer o fluxo de pessoas e veículos. Se, de um lado, o plano de Wren permite conjugar harmoniosamente as exigências de salubridade e a comunicação, de outro, o *survey* permite conjugar os componentes físicos do solo e o regime da construção. É a autonomia deste modo de gerar formas urbanas em relação à cidade histórica e sensível que merece ser notada, ainda mais que esta ruptura se relaciona com as grandes obras de saneamento introduzidas em volta das casas.

Novos atores

Apenas seguindo o movimento mais aparente, nota-se que o desenvolvimento do aparelho de saneamento somente se opera se um número importante de serviços tradicionalmente assegurados por pequenos ofícios ou pelos próprios habitantes for assumido por novos atores. Numa primeira etapa, trata-se freqüentemente de companhias privadas que obtêm ou pelo menos procuram obter monopólios e, numa segunda etapa, do Estado que muitas vezes substitui as companhias privadas e torna-se o principal gestor destes serviços.

Esta evolução assume um aspecto técnico, econômico e político. Não se pode, a princípio, encará-la independentemente da sua dimensão técnica já que a transferência de responsabilidade é freqüentemente favorecida pelo desenvolvimento de aparelhos que intervêm na economia de um serviço. A tendência à mecanização, que é geral, não se manifesta sem que intervenham novas competências, novos saberes, novas fontes de financiamento.

No que concerne à concepção mesma de salubridade, é possível notar que se, na primeira metade do século XIX, os médicos continuam a ter um papel importante no desenvolvimento de uma nova sensibilidade em relação ao urbano e às habitações em particular, são os engenheiros, contudo, aqueles que são responsáveis por trazer uma resposta prática aos problemas desencadeados pela falta de higiene.

Por isso, é do saber deles que depende essencialmente o novo modo de gestão urbana que se esboça nesta época: "As grandes medidas de prevenção - a drenagem, a viabilização das ruas e das casas graças à água e à melhoria do sistema de esgotos, a adoção de um sistema mais eficaz de coleta de lixo - são operações que recorrem à ciência do engenheiro e não do médico, que tinha cumprido sua tarefa quando assinalou quais as doenças que resultaram de carências neste domínio e quando aliviou o sofrimento das vítimas".[24]

Como conseqüência da importância crescente que tomou o aparato científico no funcionamento da cidade, numerosos outros atores também são substituídos por engenheiros: "os trabalhos de drenagem são muito freqüentemente considerados como não podendo mais serem aprimorados pela aplicação de princípios científicos, e de fato caem em mãos de comerciantes e outras fontes interessadas, na maioria das vezes incapazes de conceber ou executar o trabalho de maneira realmente útil".[25]

Evolução que possui também um caráter econômico, pois quanto mais o investimento é pesado, mais o Estado tende a ter um papel maior no seio da empreitada[26] urbana, visto que dispõe de facilidades financeiras e poderes que os grupos privados não têm. Na época das pesquisas, os princípios sobre os quais estava baseada a intervenção do poder público eram de três ordens. De ordem técnica: somente o Estado era capaz de coordenar os diversos setores e os diversos órgãos do sistema sanitário. "A questão da drenagem e a questão de adução de água são... tão dependentes uma da outra que eu não posso compreender como é possível encará-las separadamente; o estado das vias, assim como o que custa mantê-las, dependem de tal maneira de uma drenagem eficaz que há, ao nível mesmo dos dados físicos do problema, uma razão evidente para combinar tudo como uma só direção".[27] De ordem econômica: esta coordenação deve permitir reduzir o custo do financiamento do aparelho de saneamento e conseqüentemente o preço dos serviços oferecidos aos habitantes; sem esquecer que o Estado dispõe de capitais com taxas de juros menores. De ordem política enfim: só o Estado dispõe do poder necessário para impor aos proprietários e aos construtores novas normas de saneamento.

Compreende-se agora melhor porque o nascimento do habitat como domínio de intervenção política traduz de fato a mudança profunda de um largo setor da economia urbana, todo um processo de reorganização dos serviços e redistribuição de responsabilidades. Considerando o habitat apenas sob a forma de um empreitada visando a construção de casas, perde-se portanto o essencial, este novo regime que se impõe a toda economia urbana e aos serviços que intervêm na economia doméstica, em particular. É pelo canal destes novos serviços que o Estado vai se apoderar da organização das práticas domésticas e saber conduzí-las na direção desejada. Assim, no momento em que os pesquisadores ingleses refletiram sobre as vantagens de uma distribuição de água sob pressão, a domicílio, as incidências desta técnica serão avaliadas sob um duplo ponto de vista. De um lado, eles procurarão medir a influência da água corrente sobre os hábitos domésticos: "Em que os hábitos dos operários foram influenciados pela introdução de água corrente em suas casas? Em Nottingham, a melhoria no asseio pessoal foi a princípio muito clara, podia-se constatar de maneira evidente nas ruas. Os médicos relataram que as casas estavam mais limpas e que as doenças eram menos freqüentes. Uma outra vantagem foi a supressão dos amontoamentos de gente em volta dos chafarizes públicos. Em Newcastle-on-Tyne, onde há chafarizes e onde as mocinhas são obrigadas a se espremer entre desconhecidos, o resultado é degradante".[28] Por outro lado, os pesquisadores analisarão as vantagens deste dispositivo (água corrente) em relação ao sistema clássico dos carregadores de água: "a casa fica exposta aos carregadores a qualquer hora do dia, eles podem se ligar aos empregados e assim se apropriar das sobras de comida, quando não servem como intermediários de correspondências proibidas. Eles lotam as ruas para a inconveniência dos transeuntes assim como as escadarias são constantemente perturbadas pela sua passagem..."[29]

A reorganização de um serviço permite aqui operar uma reforma sensível nos hábitos domésticos e extra-domésticos; são favorecidos gestos e hábitos cujos efeitos sobre a preservação da saúde são constatados, controla-se a circulação das pessoas privatizando a circulação da água. Enquanto a antiga polícia urbana visava sobretudo à vigilância das práticas e funcionava sob o regime do proibido e da tolerância, a nova polícia investe sempre mais no interior dos dispositivos técnicos, onde o controle e o funcionamento dos serviços necessários à existência dos habitantes tendem a tornar-se uma só e mesma coisa.

Nos anos 1840 e 1850, um modelo permitia pensar as condições e os efeitos de uma reforma das práticas domésticas pela melhoria do conforto das habitações: é aquela proposta por alguns industriais e agricultores ingleses que, há mais de um século, exploravam o habitat.

O conforto: uma disciplina suave

A experiência dos empregadores-senhorios

O que agricultores e industriais ingleses dc século XVIII e começo do século XIX desco briram e que outros vieram a perceber nc momento das pesquisas é uma prática qu consiste em assegurar a moradia para os em pregados, prática que já era amplamente co nhecida em publicações do tipo "relatório para melhoria dos pobres"[30] a que numero sas obras fazem referência. John Aikin, er

seu estudo sobre a região de Manchester, relata que Robert Peel, um estampador de tecidos de algodão, que utilizava técnicas de produção as mais modernas, tinha construído casas para seus operários "formando ruas que têm a aparência de uma aldeia".[31] Em Blanchard, em Northumberland, os Crewe, em 1752, construíram uma aldeia modelo para seus empregados, onde os Quakers cuidavam das escolas, das lojas e do seguro-doença. Entre 1745 e 1845, mais de 150 novas aldeias aparecem na Escócia. Morriston (1790-1796), outra aldeia modelo, foi obra de um industrial, sir John Morris, e de um engenheiro civil que trabalhou sob suas ordens, William Edwards. A aldeia foi construída tendo por base um plano em xadrez e previa o loteamento padrão dos terrenos a construir. Os terrenos e o direito de construir habitações cabiam prioritariamente aos melhores operários; os "técnicos superiores" beneficiaram-se de terrenos maiores "que deveriam ser suficientes para criar uma vaca"; além disso, a aldeia dispunha de rede de esgotos.[32]

Henri Aschworth, um industrial entrevistado durante a enquete de Chadwick, explicou como foi levado a se interessar pela moradia de seus operários. Ele disse que sobretudo no início da era industrial, aqueles que se lançaram na indústria do algodão só dispunham de um capital reduzido que eles investiram prioritariamente em máquinas. As famílias atraídas pela esperança de um emprego se amontoavam então onde bem podiam, como podiam, segundo o que havia na vizinhança. Aconteceu que proprietários locais construíram então moradias de aluguel: "em tais ocasiões, a consideração que prevalecia não era a melhoria da saúde e do conforto dos ocupantes, mas a possibilidade de construir um maior número de *cottages* possível com o mínimo de terreno e despesas".[33]

Mas, diz H. Aschworth, tais casas não podiam nunca se tornar confortáveis e qualquer que fosse o salário dos ocupantes estes últimos preferiam os bares a suas casas; sem contar que nada era feito pela educação das crianças. Nos anos 1830, H. Aschworth propôs, por estas razões, novas casas, melhor construídas, a seus empregados, e comparando as antigas e as novas habitações do ponto de vista de sua influência sobre a saúde de seus moradores e da economia doméstica, ele experimentou concretamente as vantagens de umas em relação a outras. "Estas visitas periódicas foram repetidas de ano em ano e como nenhuma seleção, nem distinção individual foi feita, nunca foram consideradas como intrusões; geralmente anunciadas com uma semana ou duas de antecedência, provocam uma competição interessante entre aqueles cujo móveis ou roupas de cama estavam em melhores condições..."[34]

Em 1842, W. Cooke Taylor sublinhara a eficácia do sistema elaborado por H. Aschworth. "Os operários me disseram que a autorização para alugar um *cottage* era considerada um privilégio e um favor e que de fato era uma recompensa ao zelo, à honestidade, ao comedimento e que todo locatário acusado de vício e imoralidade era imediatamente despejado".[35]

Como observará mais além W. Cooke Taylor, a eficácia de um tal sistema repousa, antes de mais nada, no duplo vínculo que sujeita o empregado a seu patrão-senhorio: "O interesse do proprietário quanto à saúde, à moralidade e à prosperidade daqueles que emprega é evidente e imediato; a maioria dos trabalhadores se liga a ele como empregado e como locatário, duas partes de seu capital são investidas em cada família e toda injustiça cometida na fábrica tem repercussões imediatas na locação do *cottage*.[36]

O que dá um caráter extremado às experiências de New-Lanark (1800) e Mellors (1787) é terem querido multiplicar ao infinito os vínculos suscetíveis de consolidar a solidariedade dos operários em relação à empresa de seus patrões. R. Owen fez construir em New-Lanark não somente habitações, mas também escolas, lojas, igrejas, salões de dança, salas de leitura, de artesanato e um instituto para a formação do caráter onde sem dúvida aplicava-se a teoria segundo a qual "o caráter é formado para e não pelo indivíduo, e a sociedade dispõe agora de meios e poder suficientes para formar, como convém, o caráter de cada um".[37]

Afirmação cujo discreto cinismo coloca bem em evidência um dos desafios que pareciam animar estes primeiros programas de habitação popular. Programas cuja importância deveria se situar no nível do que eles permitiram aprender sobre as reações do pobre em relação a diversos meios de pressão. Tudo faz pensar que estas habitações experimentais funcionaram como verdadeiros laboratórios de psicologia onde se aprendeu que, entre outras coisas, para controlar o comportamento de um indivíduo, o mais eficaz dos instrumentos não está necessariamente fora dele; dito de outra maneira, a partir do momento

em que se tem o domínio sobre certas seqüências de seu modo de satisfação corporal, este indivíduo poderá muito bem se tornar o melhor vigilante de si mesmo. Tais foram em todo caso as lições que foram partilhadas, antes mesmo do fim do século XVIII, pelas associações inglesas interessadas na melhoria do conforto dos pobres. "A livre propriedade dos *cottages* e dos jardins não somente tende a fixar os proprietários à sua terra, mas também é a melhor segurança e melhor garantia de sua conduta".[38]

Do conforto selvagem ao conforto civilizado

"Visitando e examinando numerosas cidades populares, tanto no curso das pesquisas promovidas pela Comissão de Saúde, como em outras ocasiões anteriores, notei como os hábitos morais, as condutas domésticas e o comportamento do conjunto dos pobres são influenciados por seu entorno imediato e, antes de qualquer coisa, pelo conforto e desconforto...".[39]

O que deixam antever as pesquisas inglesas são as mil facetas de um conforto corporal "selvagem": o calor do encortiçamento e do confinamento, as drogas e o álcool, a vadiagem pela rua, a promiscuidade, o anonimato das *lodging-houses* (pensões), a preguiça que elege a sujeira mais do que o esforço. Imagem negra para todos aqueles que, desconhecendo os hábitos do pobre e suas táticas, só vêem a miséria e deterioração dos corpos. Para os médicos que entretanto confessam jamais ter escutado alguém se queixar - "qualquer que seja a miséria e o desconforto doméstico, eu nunca ouvi uma só queixa em doze anos de prática"[40] - os efeitos deste conforto selvagem são, sob todos os pontos de vista, negativos. Não somente, dizem, porque estes artifícios desagregam as relações sociais e familiares, mais ainda, os pobres, transformados em seres letárgicos ou doentes, tornam-se logo incapazes de trabalhar e devem, portanto, ser mantidos pela sociedade.

O que visa o conforto que se deseja instalar na vida do pobre, melhorando suas condições de moradia, é reverter esta dupla tendência. Dito de outra maneira, reverter o sentido das linhas curvas materiais que, no seu ambiente, são como ladeiras onde ele se deixa escorregar para certas satisfações corporais; fazer com que a procura por estas satisfações passe por objetos que oferecem um domínio sobre sua vida, de modo que torna-se possível controlá-la por meio deles. O conforto é destinado a reformar a economia do bem-estar, não proibindo, nem reprimindo, mas substituindo um modo de satisfação corporal cujos instrumentos e efeitos eram incontroláveis, por um bem-estar cujos meios de produção e os efeitos possam ser controlados e utilizados.

Duas anedotas relatadas por médicos durante as pesquisas dão uma idéia bem concreta dessas duas formas de bem-estar. O primeiro[41] nos conta que uma mulher cujo serviço era vender legumes caiu doente um dia e preferiu sublocar a metade do leito que ela ocupava num quarto onde já moravam a proprietária e vários outros locatários, a ir se tratar em um dispensário. Esta pequena história nos permite compreender duas coisas: primeiro, que uma categoria como o encortiçamento encobre um fato essencial: a possibilidade de se reduzir sempre o gasto de um aluguel; mas também que o "desencortiçamento" tende a tornar impossível uma tal tática, individualizando sempre cada vez mais a moradia, aumentando ao mesmo tempo as responsabilidades do locatário e os efeitos de sua doença ou de sua preguiça.

Robert Willis, que nos conta outra anedota, foi entrevistado pelos pesquisadores sobre o horror que os pobres tinham em relação às correntes de ar frio. Depois de reconhecer que os pobres tratam cuidadosamente de evitá-las diz: "Meu velho mestre", dr. Gregory de Edimburgo, quando visitava os pobres começava sempre sua consulta quebrando um ou duas vidraças com a bengala...".[42] É preferível o ar frio vindo de fora ao calor do apinhamento e do confinamento, porque não somente este calor prejudica a saúde e a moralidade do pobre como também não cria a necessidade de nenhum dispositivo técnico que possibilite o domínio sobre sua vida.

Inversamente, o conforto civilizado propõe um modo de satisfação corporal cujo princípio fundamental é a troca. Trocas afetivas no interior da moradia familiar, trocas econômicas visto que o crescimento do bem-estar doméstico e sensações resultantes são sensações úteis. Pouco a pouco, pensamos, o bem-estar corporal torna-se indissociável de uma vida em família, e a própria família associada à idéia de um casa limpa e bem equipada, esta casa vai se constituir no indutor principal de múltiplos prazeres regulados e fortalecer aquele que, numa casa pobre, aspira a viver melhor. "O marido vê sua mulher

e sua família melhor instalados que antes, possui uma casa e um jardim mais agradáveis, isto o encoraja a trabalhar e, à medida em que ele se torna mais respeitável, torna-se consciente que tem alguma coisa a perder. Então, uma parte importante é atingida. Tendo adquirido certas vantagens, ele se preocupa em conservá-las e em melhorá-las''.[43] O conforto propaga um modo de vida que, sabemos, comporta suficientes satisfações materiais para fixar quem se acostuma aos meios que são propostos para produzi-las e reproduzi-las.

Por estas razões, os meios suscetíveis de orientar um certo modo de satisfação do corpo devem estar ao alcance da mão, ser, por assim dizer, uma inclinação do corpo antes mesmo de ser uma inclinação do espírito. A água corrente a domicílio permite ganhar tempo, economizar forças, evitar o caminho que é preciso percorrer sempre para buscar água fora. ''É um fato geral e bem conhecido: mesmo se a distância a percorrer é desprezível, isto é suficiente para contrariar o uso regular de água''.[44] São as economias de tempo, de energia e de tensões que vão desenhar a rampa onde se pode fazer escorregar o pobre em direção a outros comportamentos; não proibir nada, mas substituir o que servia de suporte aos maus hábitos por um ambiente que consolide os bons hábitos. Mais água, um interior fácil de limpar, aerar e aquecer, é isto que abre o caminho para novas práticas.

Dar a cada um mais espaço, mais intimidade, limpeza, conforto, não constitui a família, mas cria o ambiente favorável a seu desenvolvimento. ''Uma casa limpa, bem arrumada, exerce sobre seus ocupantes não somente uma influência física, mas também moral que conduz cada membro da família a tornar-se mais moderado, calmo, mais preocupado com os sentimentos e a felicidade de cada um''.[45] O que o conforto traz aqui é uma possibilidade de trocas afetivas reguladas, o que ele tenta bloquear é o que a promiscuidade favorecia, entre outros, os prazeres sexuais anônimos e fáceis. ''Eu mesmo tive oportunidade de ver um jovem de 20 anos que dividia seu leito com sua irmã de 16 ou 17 anos. Não é de se espantar que relações incestuosas existam nestas circunstâncias, quando solteiros, homens e mulheres dividem o mesmo quarto de dormir: é evidente então que as mulheres se entregassem aos homens.''[46]

Se o conforto é uma arma poderosa, é porque ele atinge uma forma de bem-estar que ninguém deseja nem tem meios de recusar, na medida em que o espaço e as técnicas que permitem assumir tal recusa tendem a desaparecer sob o efeito de pressões múltiplas. O conforto é portanto um processo de invasão ao qual não se pode resistir, mas cujos efeitos são modulados segundo o lugar que ocupamos na sociedade. No nível mais baixo, a pressão é máxima.

Se o conforto é uma disciplina doce é porque as sensações de bem-estar autorizadas por seu intermédio e que ele tem a função de incitar são sensações cujos meios de produção são possíveis de serem dominados e cujos efeitos podem ser utilizados, porque pode-se prever a que o conforto vai reduzir aquele que o procura e a ele se acostuma. Assim, os equipamentos do conforto (casa, água corrente, aquecimento etc...) têm efeitos cuja produção escapa em grande parte àqueles que os utilizam, porque apenas o dinheiro e, conseqüentemente para o pobre, o trabalho, têm um poder sobre eles. O que não quer dizer que os meios tradicionais utilizados pelos pobres para controlar seu ambiente e viver na cidade pelo menor custo não passem pelo dinheiro, mas sim, que sempre foi possível controlar ou colocar esta relação em curto-circuito. De outro modo, enquanto foi possível sublocar a metade de uma cama para evitar o hospital, ou o trabalho, aquecer-se com álcool ou com outros corpos, reduzir tensões inseparáveis da coabitação, consumindo ópio[47] ou vivendo na rua, poder ir buscar água no rio, os pobres ofereciam a todos aqueles que queriam controlá-los menos possibilidades de dominar suas vidas. Daí, pelo menos no começo, a desconfiança manifestada por alguns com relação aos múltiplos atores interessados na melhoria de suas condições. Comentando um artigo do *Morning Chronicle* de 1849, que terminava com estas frases: ''É bem verdade que neste século XIX, sob a proteção das leis inglesas e na cidade mesma da liberdade civil, a opressão mais insustentável é ainda praticada em grande escala. Opressão que por ser praticada sob a forma mais insidiosa, nem por isso é menos cruel'', W. M. Shaw dizia: ''E esta opressão não é também exercida pelos ministros de sua Majestade? pelos bispos e pelo clero? pelos magistrados? pelos comitês e sociedades bíblicas? Sim, por aqueles mesmo que são nomeados e indicados como guardiães dos pobres?''.[48]

Opressão doce e insidiosa, o conforto vai sujeitar os pobres a um duplo controle: um controle econômico pelo viés dos instrumentos

que são propostos para produzi-lo; um controle político visto que, passando para o campo dos que têm alguma coisa a perder, os pobres tornam-se acessíveis, quando não solidários de políticas de defesa da propriedade ou da ''qualidade de vida''. Controles cujos limites não são percebidos, já que o conforto nunca provoca um fenômeno qualquer de saturação, sempre há novos elementos para completá-lo, intensificá-lo, aperfeiçoá-lo, diversificá-lo. Os equipamentos domésticos, cuja série sem fim constitui o registro autorizado de todas as modalidades de conforto possível, são outras tantas linhas de fuga interiores em torno das quais se faz e se reconstrói sem cessar ''a casa''.

Arquitetura: um mundo de efeitos físicos

Se, no século XVIII, a questão da arquitetura das habitações figurava como uma dimensão da política urbana, era somente de forma oblíqua e negativa. Tratava-se então de limitar ora a altura, ora os desenvolvimentos externos dos edifícios, ou ainda circunscrever o crescimento da cidade e de sua população, coibindo a expansão das habitações nos subúrbios.

No século XIX, os problemas arquitetônicos que vão surgir com a questão da moradia são de uma natureza completamente diferente. Primeiro, porque serão funções positivas as que serão agora confiadas ao espaço arquitetônico, mas também porque estas funções compreendem também a concepção do conjunto do edifício e de seu entorno imediato. Se estas questões mobilizam um certo saber arquitetônico, é preciso também notar que este saber, porque repousa sobre novos procedimentos de apreensão do espaço, vai se desenvolver fora das normas e modelos tradicionais e freqüentemente contra eles, subvertendo assim toda a economia do saber arquitetônico anterior.

Quais são estas funções positivas? Primeiro, uma função que poderia se qualificar de distributiva. O que se espera do espaço arquitetônico é que ele oriente uma distribuição ordenada dos indivíduos uns em relação aos outros, tanto em relação a moradias destinadas a solteiros, onde cada indivíduo deve poder se isolar dos outros, como em relação a distribuição dos indivíduos no interior da habitação familiar e das famílias umas em relação às outras. De um lado, uma separação entre sexos, idades, pais e filhos cuja importância John Wood, um arquiteto inglês, será um dos primeiros a ressaltar, quando define o que torna uma habitação popular cômoda, ''cômoda devido à proporção que deve ser observada entre o tamanho do *cottage* e o tamanho de família que o habita: deve-se ter um quarto para os pais, um outro para as filhas e um terceiro para os meninos''.[49] Princípio que orienta também um plano de habitação coletiva concebido por John Loudon para solteiros em 1818: ''Cada andar conterá oito apartamentos separados, e cada apartamento disporá de uma sala de estar..., um quarto de dormir e um banheiro com um lavatório e um WC...''[50]

Por um outro lado, uma separação das famílias cujas modalidades são muito mais complexas e com relação à qual se defrontam partidários de casas individuais e partidários de imóveis coletivos (blocos de apartamentos). Os defensores do sistema de casas individuais ressaltam, em geral, que um tal sistema tem o duplo mérito de melhor responder às aspirações da população e de tornar inútil a custosa vigilância, difícil devido à reunião das várias famílias. É notadamente a opinião de Chadwick no final de sua pesquisa sobre as condições sanitárias da população inglesa. ''Durante esta pesquisa, pudemos constatar, em várias ocasiões, as desordens advindas da grande proximidade das residências. No que concerne aos prédios alugados mobiliados e as casas de aluguel habitadas por várias famílias... a experiência tende a mostrar que para preservar a ordem em tais comunidades, é preciso um poder e uma disciplina quase tão severos como no exército, e enquanto esta população permanecer mal educada, é preferível evitar toda disposição que resulte num contato muito estreito entre as famílias''.[51] Quanto aos partidários da habitação coletiva, eles visam também à economia, mas economia dos equipamentos e do espaço, já que um tal sistema oferece a possibilidade de distribuir um número de serviços a um custo inferior ao referente a moradias separadas, consumindo menos espaço. Quando entrevistaram o arquiteto W. Hosking, os pesquisadores ingleses que participaram de segunda grande pesquisa sobre estes problemas perguntaram se era possível conceber um espaço onde a individualização das moradias fosse compatível com esta economia dos serviços. ''O senhor não vê obstáculo maior em se manter a independência de cada família se forem introduzidas certas melhorias, certo conforto?''.[52]

De maneira geral, parece portanto que a função distributiva da arquitetura repousa sobre

o duplo poder que o espaço arquitetônico tem de orientar o modo de distribuição de pessoas através da partição de locais e da distribuição espacial dos serviços. Mas se o princípio que justifica a partição dos espaços é simples e visa antes de tudo a introdução destas barreiras arquitetônicas da decência e da limpeza, das quais fala Chadwick[53] - mais intimidade para cada um e trocas afetivas ordenadas entre todos -, o princípio que orienta o modo de distribuição dos serviços é mais complexo porque os motivos subjacentes são em larga medida contraditórios. Contradição entre a vontade de economizar o espaço, de reduzir o custo de instalação e funcionamento do aparelho do conforto, e a vontade de reduzir ao mínimo possível o dispositivo de vigilância, de favorecer o investimento afetivo na habitação pelos seus ocupantes dando-lhes uma maior independência. Porque não nos esqueçamos que é antes de tudo desta ligação do pobre com seu domicílio que se espera os efeitos corretivos: quanto mais o trabalhador faz de sua casa o seu lar, melhor será para ele, sua família e toda a comunidade".[54] Ora, como sublinhava C. J. B. Adlis, um médico entrevistado no *First report* (Primeiro relatório), este investimento afetivo da casa não deve ser contrariado por uma organização do espaço que não permita a impressão "do sentir-se em casa", "do desenvolver-se". "Diversas tentativas já foram feitas no sentido de se melhorar a condição dos pobres e pode-se perguntar porque elas fracassaram. Mas a razão destes fracassos parece ser simplesmente que a independência dos locatários não foi respeitada. Estas instituições foram concebidas sob o modelo de hospitais e outras instituições de caridade. Os WCs, os banheiros, a água e outras comodidades sendo de uso comunitário e os usuários sempre esbarrando uns nos outros provocavam problemas contínuos e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de se estabelecer um controle... Tais instituições para obter um resultado devem se desvencilhar de toda aparência de caridade ou paternalismo. O objetivo deve ser tornar o locatário tão independente e responsável quanto possível. Os interesses e os hábitos pessoais de uns e outros não devem interferir. Tudo que for necessário para seu conforto estando à sua disposição, deve-se fazer o locatário sentir que tudo dependerá inteiramente de sua boa conduta".[55] Compreende-se perfeitamente como o aparelho de conforto deve se comportar como um mecanismo de investimento afetivo à moradia, portanto de auto-vigilância e, em conseqüência, de auto-assistência, mas compreende-se também porque os efeitos plenos deste mecanismo permanecem subordinados à individualização espacial dos serviços distribuídos por este aparelho.

A segunda função confiada à arquitetura é uma função prática. O que se espera do espaço arquitetônico da moradia é que ele facilite a realização dos gestos domésticos que devem ser desenvolvidos, notadamente os gestos da limpeza da casa. Segundo o Conselho de Salubridade do Departamento do Sena, "a superfície do cômodo da casa deve ser bastante grande para que os móveis que se queira colocar não ocupem muito lugar e impeçam a varredura que deve manter a limpeza em todos os pontos, principalmente os ângulos e rebaixos.... os pisos devem ser executados com materiais sólidos e que permitem uma varredura fácil".[56] Em outro texto lê-se que "os locais obscuros, os quartinhos, os cantos e recantos, tudo o que necessitar de grandes cuidados diários deve ser evitado."[57] Se bem que a limpeza e mais genericamente todos os gestos de limpeza constituem as principais atividades que se reconhece no interior da habitação, eles não são os únicos a ter a atenção do arquiteto. Para Ersam, um cômodo bem iluminado não é somente útil à saúde, mas permite geralmente a seus ocupantes utilizar cada instante "para se ocupar com prazer e benefício de suas ocupações úteis: fiar, tricotar ou o que for que convenha melhor ao gosto das pessoas".[58]

Esta tendência do espaço arquitetônico em se estreitar em torno dos gestos domésticos para favorecer sua realização tem relação com outro movimento que se esboça na mesma época e que visa à introdução de objetos úteis para todas as funções domésticas. Ducpétiaux[59] definiu, num artigo consagrado aos museus de economia doméstica e de higiene, os objetos úteis à vida doméstica. Na categoria "móveis e aparelhos domésticos" encontram-se aquecedores, luminárias, utensílios de lavanderia, cozinha e louças, móveis, objetos de limpeza e higiene e material para consertos e manutenção. Utensílios cujas qualidades necessárias são descritas por Ducpétiaux: "É preciso que todo móvel ou utensílio, qualquer que seja, apresente a garantia de uma vida longa, uso cômodo, manutenção fácil e barata." Ao mesmo tempo, ele considera estes objetos, do ponto de vista do seu impacto sobre a limpeza das pessoas e dos lugares e de seus efeitos sobre a consolidação do sentimento de pertinência a um lugar: "os móveis decorativos, ainda que não sejam de uso indispensável, têm entretanto uma utilidade real. Mesmo aqueles que são apenas simples ornamentos, não devem ser excluídos do quadro da economia doméstica, se pensarmos que tudo o que contribui para tornar o 'seu lar' agradável, por unir de novo o chefe da família à sua casa, por fazer com que retorne a ela com prazer, exerce sobre o bem-estar e a felicidade do casal uma influência incontestável".[60]

Da introdução da água corrente nas habitações a outros serviços que, conjugando-se com a arquitetura e com aparelhos domésticos, constituem a seqüência técnica necessária à higiene, pode-se, portanto, traçar uma linha que mostraria como os gestos de higiene são favorecidos, incitados, assegurando assim, através do mais banal, uma ascendência sobre o mais cotidiano.

A terceira função que se atribui à arquitetura é uma função climática. Função que vai se referir tanto ao ar e à luz, como a esses condutores de fluidos que são as canalizações de água e gás. De um lado, vemos o projeto da habitação se redefinir para permitir a captação e circulação da luz, enquanto que, de outro lado, são pensadas as modalidades de incorporação das diversas canalizações à estrutura do edifício.

Se para o dr. Voillot "o primeiro princípio em matéria de saúde é a fruição do ar e da luz",[61] este princípio é amplamente compartilhado por todos aqueles que intervêm à época, na questão da habitação, e nunca se insistirá demais na importância que estas considerações tiveram ao longo da primeira metade do século XIX, tanto no que concerne à arquitetura como em relação ao entorno da habitação.

Não existe uma só obra de arquitetura ou de higiene que não dedique um lugar preponderante a esta função física das formas e as pesquisas realizadas na Inglatera contêm múltiplas análises a respeito da circulação dos fluidos no interior de formas habitadas. Circulação que obriga a repensar não somente a forma dos cômodos - "é preciso tanto quanto possível evitar aqui os cantos e os recantos, nos quais o ar circula mal"[62] - sua altura, as proporções do edifício com relação aos pátios interiores, a largura e a distribuição das janelas,[63] mas igualmente o entorno do objeto arquitetônico. Dentre as cinco recomendações que concluem o capítulo sobre construção nas pesquisas inglesas de 1844 e 1845, duas tratam da circulação do ar.

Se a questão da incorporação de um sistema de distribuição e evacuação da água no corpo arquitetônico da habitação não traz uma redefinição tão sensível das formas arquitetônicas, é que as casas antigas são freqüentemente julgadas como incapazes de suportar uma tal instalação. É o que é assinalado por P. S. Girard, engenheiro chefe do serviço municipal da cidade de Paris, em 1831. "A natureza dos materiais que nós utilizamos na construção de nossas habitações, a maneira como elas são distribuídas, os costumes e os hábitos dos locatários que moram nessas casas são... também causas que se opõem ao estabelecimento da distribuição de água a domicílio em seus andares. Toda quantidade de água que exceder àquela necessária às necessidades individuais e que somos obrigados a fazer escoar como supérflua, só servirá no interior das casas de aluguel para acelerar sua ruína e acarretar reparações dispendiosas para seus proprietários".[64] Girard faz aqui referência aos desgastes possíveis ocasionados pela umidade nos tubos de metal e pela ruptura freqüente de materiais que resistem mal a tais influências.

Destas três funções, distributiva, prática e climática, nós deduzimos portanto a maneira pela qual o corpo arquitetônico das habitações vem se reorganizando em torno do corpo orgânico e familiar, em torno das funções e gestos destes corpos, autorizados sob a égide das necessidades, e que o espaço arquitetônico deverá regular em relação ao que a medicina e a teoria dos fluidos definem como princípios e normas. De um lado a captação, a circulação e a evacuação dos fluidos, de outro, a distribuição das pessoas. São estas funções que constituem a habitação como envoltória ampliada do corpo orgânico e familiar e que unem sua materialidade aos órgãos da maquinaria urbana e a seu entorno espacial imediato.

Para uma história do universo doméstic

A dificuldade que encontramos ao longo des te estudo vinha da incerteza a respeito da próprias fronteiras de nosso objetivo. Deve ríamos procurar apreender a evolução da ca sa na transformação de suas formas arquite tônicas e, neste caso, como fazer falar a formas, que no caso das habitações tradicio nais são freqüentemente mudas; deveríamo admitir que a evolução da casa não coincid

inteiramente com a evolução de suas formas e nesse caso em direção a quais objetivos nossa pesquisa deveria se orientar? O universo doméstico é difícil de ser circunscrito e se seus limites arquitetônicos definem bem uma fronteira, considerar esses limites como o que constitui a casa não seria, de saída, se condenar a compreender tudo a partir das formas? Mas se recusamos esta unidade fácil e quase evidente demais, o que sobra? Quais limites atribuir à casa e quais outros objetos positivos escolher? Supondo que se procure, em outro lugar, um limite, qual domínio ele deverá circunscrever: o imóvel que engloba o apartamento? o entorno do imóvel? Deriva-se rapidamente para a conclusão de que a história da casa é também a história da cidade e a tarefa torna-se, então, desmedida. Porque como não admitir que o universo doméstico é igualmente constituído por todos os aparelhos que o fazem funcionar e sem os quais ele não exitiria na forma que o conhecemos?

Mas talvez o problema permaneça mal formulado e insolúvel enquanto nós conservarmos a imagem material da casa, que todas as crianças conhecem bem e em direção à qual convergem e se cristalizam ainda tantos desejos, paredes e janelas englobando um espaço e objetos, um continente e um conteúdo. Em outras palavras, não seria necessário começar por contestar esta imagem, nos desfazer de sua pregnância: em uma palavra, des-enrijecer a casa, fluidificar, desconstruí-la. Mas hesitamos em liquidar com este suporte enquanto nos parece que para além e para aquém tudo é só vazio, tagarelice. Todavia a história da casa no começo do século XIX nos ensina a que ponto a distribuição da água, do gás, a circulação do ar e da luz foram decisivos e marcaram uma etapa importante de sua evolução.

Um domínio de estudo não se esboçaria desde logo a partir disto?, se se admite não mais considerar o universo doméstico como uma coisa, mas como um processo: o processo de "domesticação"? Domesticação desses fluidos que são o ar, a água, o calor, a luz; domesticação das práticas: higiene, vida familiar, sexualidade. Domesticação destas práticas, através da domesticação destes fluidos e destes fluidos através de novas formas e de novos aparelhos. Processo no interior do qual a arquitetura tem um papel diferente do que tinha anteriormente, mas onde ela é apenas um componente, entre outros.

Poderíamos antes considerar o universo doméstico se constituindo através de múltiplos operadores de domesticação. Dentre estes operadores, a arquitetura, é lógico, mas também a arte da jardinagem, o sistema de distribuição de água a domicílio, o banheiro, o aquecedor, as técnicas de ventilação e iluminação; hoje, a garagem, o telefone, o rádio e a televisão e toda a série dos equipamentos da casa. Técnicas e aparelhos que não foram, na maioria dos casos, inventados para a casa mas que deram lugar a aplicações domésticas. Distribuía-se a água nas cidades por meios mecânicos, bem antes que se sonhasse com uma distribuição de água em cada domicílio; existiam banhos públicos, cinemas e meios de comunicação aperfeiçoados, bem antes que os banheiros, a televisão, o rádio ou o telefone tivessem invadido todas as casas.

Fazer a história do universo doméstico seria então fazer a história dos múltiplos operadores de domesticação; estudar em quais circunstâncias, para responder a quais exigências, técnicas e aparelhos deram lugar a versões domésticas e quais circuitos prestaram-se à sua difusão. O limite do universo doméstico não seria mais dado pela arquitetura, ou ao menos, somente pela arquitetura, mas por tudo que permite operar a domesticação do universo. Trata-se também de definir o que se espera do funcionamento organizado destes operadores no meio do século XIX: a água, os esgotos, as formas arquitetônicas. Poder-se-ia igualmente descrever o processo de domesticação desses operadores, seguir o circuito que, no que concerne aos métodos de ventilação, vai dos barcos aos hospitais, dos hospitais às casas. Analisar as condições de funcionamento destes operadores: a função climática das formas arquitetônicas é, no século XIX, indissociável de uma organização do tecido urbano; a água corrente a domicílio, da introdução na cidade de gigantescos aparelhos de captação e distribuição, e a maioria de nossos equipamentos domésticos modernos, da domesticação de novas fontes de energia.

Quanto à domesticação das práticas sexuais seria necessário considerá-la, talvez, de um duplo ponto de vista: positivamente, fazendo o inventário de tudo o que foi feito para tornar a sexualidade doméstica fácil; negativamente, considerando todas as formas de vigilância, de controle e de proibição que, de fora, tornam impossíveis tais práticas. É porque as ruas, as margens dos rios, os espaços vazios e vagos não podem mais funcionar como terrenos propícios a múltiplos comportamentos, que a habitação pode preencher

esta função de domesticação da sexualidade que lhe é atribuída, no começo da era moderna. De tal maneira que seu regime de funcionamento parece aqui indissociável do regime ao qual estão submetidos os outros órgãos e os outros espaços que compõem a cidade. E a sexualidade é apenas uma prática entre outras a sofrer esta repressão de fora para dentro. Que se pense em todas formas de ocupação das vias públicas que subsistem no século XVIII, de que são testemunhas os relatos e as imagens sobre a cidade. Quer se trate de materiais ou de mercadorias que era costume serem estocadas nas ruas, de jogos infantis, de mulheres que estendiam a roupa em praças públicas e que envolviam vizinhos e passantes em suas brigas íntimas. A habitação vai pouco a pouco acolher o que se situava fora, mas de um modo bem diferente, visto que todas as atividades se desenvolvem em família ou pelo menos num cenário onde a conjunção das pessoas e das atividades obedece a uma lógica completamente diferente daquela que existia entre os homens e seus desejos, nas ruas. As formas arquitetônicas, o modo de distribuição dos serviços vão dissociar o que era indiscriminado, privatizar o que era público, confinar o que se fazia ao ar livre e modificar assim, pouco a pouco, todo o regime das práticas do habitante. A função domesticadora das formas e dos serviços deve portanto ser relacionada com um grande empreendimento de reorientação autoritária de todo o território urbano.

Estudar o funcionamento dos operadores da domesticação seria enfim considerar o regime técnico ao qual se submetem. Assim, a função climática da arquitetura se dilui na medida em que aparecem os operadores de controle ambiental: a ventilação mecânica, a iluminação elétrica, a climatização. Novas máquinas em relação às quais as formas arquitetônicas devem se reajustar, até por vezes perderem toda função climática própria. No limite deste processo, a arquitetura desaparece para dar lugar às envoltórias plásticas como mostra bem toda uma série de experiências recentes.

Pode-se dizer então que o universo doméstico o une, comunicando-os e domesticando-os, os mega-aparelhos urbanos - água, esgoto, gás, eletricidade - às formas arquitetônicas ou para-arquitetônicas e a longa série de maneiras de usar a moradia. Por isso, sua evolução e sua expansão seguem o desenvolvimento dos dados técnicos que a constituem e, considerando-se o movimento mais aparente, pode-se notar uma interdependência cada vez mais sensível entre o funcionamento de todos os equipamentos domésticos e os mega-aparelhos urbanos. A distribuição de água corrente, e depois de gás e de eletricidade, o telefone, o rádio e a televisão, traduzem bem este processo lento de investimento nos interiores por aparelhos que permitem satisfazer necessidades ou desejos, fixando corpos e reorganizando assim docemente toda vida doméstica e extra-doméstica.

Se a questão da água tem aqui uma importância particular é porque ela marca o ponto de partida desta nova história da casa. História caracterizada de um lado por uma autonomia cada vez mais aparente da célula doméstica, a partir da qual se pode captar a energia, os fluidos, as mensagens e as imagens de fora e viver assim uma quase-autarquia; por outro, uma dependência cada vez mais acentuada do habitante em relação a aparelhos que lhe permitem controlar seu ambiente e sem os quais ele estará perdido, mas cujo funcionamento lhe escapa no essencial.

O que desfaz a cidade é, sem dúvida, esta privatização cada vez mais sensível das práticas do habitante, através de todas as operações da domesticação; a ruptura de, um após o outro, todos os elos que asseguravam a comunicação de dentro e de fora. Paradoxo de um universo doméstico em expansão, domesticando pouco a pouco todo o fora, todo o universo, mas sob uma forma controlada e estereotipada, enquanto a cidade continua a se tornar mais estrangeira, já que nada de essencial acontece mais nela.

Podemos prever deste então o dia em que a casa que se tornou uma nave espacial, vai permitir atingir tudo o que queremos buscar fora, inclusive o ar. "Você quer dizer com isso que companhias criadas especialmente para isso fornecerão ar para as casas?..."[65]

Notas

1. Chadwick, *Report to her Majesty's principal secretary of state for the home department from the poor law commissioners on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of G. B.*, London, 1842. (Relatório apresentado ao secretário do Interior de Sua Majestade pelos delegados da lei da mendicância a respeito de uma investigação sobre as condições sanitárias da população trabalhadora da Grã-Bretanha, Londres, 1842).
First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous dis-

tricts, London, 1844. (Primeiro relatório dos comissários que investigaram a situação de grandes cidades e distritos populares, Londres, 1844).
Second report..., London, 1845.

2. *Entreprise* no original (N.T.).
3. *Entreprise* no original (N.T.).
4. *Report to her Majesty's...*, p. 203.
5. *Report to her Majesty's...*, p. 225.
6. *Second report...*, parte II, apêndice, p. 305.
7. *First report...*, dr. Southwood Smith, p. 82.
8. *First report...*, dr. Southwood Smith, p. 75.
9. *First report...*, dr. Southwood Smith, p. 68.
10. *Report to her Majesty's...*, p. 225.
11. *First report...*, apêndice, município de Borough, relatório sobre sua condição sanitária feito pelo reverendo J. Clay.
12. "A Alemanha, dizem, conseguiu, pela aplicação da ciência sanitária, reduzir a taxa de mortalidade do exército a 5 por 1.000 por ano, isto é, a menos da metade da taxa de mortalidade que prevalecia na mesma época entre a população civil" - Chadwick, in *The health of nations, a review of the works of Ed. Chadwick* (A saúde das nações, uma revisão das obras de Ed. Chadwick), B. W. Richardson, Londres, 1887, p. 270.
13. *Organes machiniques* no original (N.T.).
14. Parent Duchatelet, *Ensaio sobre as cloacas ou esgotos da cidade de Paris*, 1824.
15. F. O. Ward, "Circulation or stagnation", 1856, in *The health of nations...* (A saúde das nações...), op. cit., p. 297.
16. *Ibid*, p. 297.
17. *First report...*, p. 319.
18. Cf. Francis D. Klingender, *Art and the industrial revolution* (Arte e a revolução industrial), 1968, p. 107.
19. *First report...*, p. 365.
20. *First report...*, p. 375.
21. *First report...*, p. 148.
22. *Parasitage* no original (N.T.).
23. *First report...*, p. 387.
24. *Report to her Majesty's...*, p. 341.
25. *First report...*, p. 321.
26. *Entreprise* no original (N.T.)
27. *First report...*, p. 386.
28. *First report...*, p. 302.
29. *First report...*, p. 361.
30. *The reports of the society for bettering the condition and increasing the comforts of the poor* (Relatórios da sociedade para melhoria das condições e aumento do conforto dos pobres), Londres (1798-1805).
31. John Aikin, *A description of the country from thirty to forty miles round Manchester* (Descrição da região compreendida entre trinta e quarenta milhas ao redor de Manchester), 1795, p. 268.
32. Colin and Rose Bell, *City fathers* (Os pais da cidade), 1972, p. 237.
33. *Report to her Majesty's...*, p. 238.
34. *Ibid.*
35. W. Cooke Taylor, *Notes of a tour in the manufacturing districts of Lancashire* (Notas sobre uma viagem aos distritos industriais de Lancashire), Londres, 1842, p. 32.
36. W. Cooke Taylor, *op. cit.*, p. 163.
37. Cf. Colin and Rose Bell, *op. cit.*, p. 251.
38. *The reports of the society for bettering the condition and increasing the comforts of the poor* (Relatórios da sociedade para melhoria das condições e aumento do conforto dos pobres), vol. 2, Londres, 1798, p. 57, apêndice.
39. *Second report...*, apêndice, pp. 13-14.
40. *First report...*, p. 72.
41. *First report...*, p. 332.
42. *First report...*, p. 203.
43. *Report to her Majesty's...*, p. 262.
44. *First report...*, p. 302.
45. *First report...*, p. 81.
46. *First report...*, p. 82.
47. "O ópio não estaria sendo utilizado em grande escala? - escala bem maior do que poderia supor quem não está a par desta realidade", *First report...*, p. 73.
48. W. M. Shaw, *An affectionate pleading for England's oppressed female worker* (Uma defesa calorosa da operária oprimida inglesa), 1850, p. 19.
49. J. Wood, *A series of plans for cottages or habitations of the labourer...* (Uma série de projetos para *cottages* ou habitações para o trabalhador...), Londres, 1792, p. 4.
50. *The builder, dwelling for the working classes* (O construtor, moradia para as classes trabalhadoras), dez. 1842, p. 33.
51. *Report to her Majesty's...*, p. 274.
52. *First report...*, p. 42.
53. *Report to her Majesty's...*, p. 132.
54. Robert Rawlinson, in *Journal of the Society of Arts*, mai., 1871.
55. *First report...*, p. 420.
56. Departamento do Sena, *Relatório sobre a salubridade das habitações*, 1832.
57. Bouchard Huzard, *Traité des constructions rurales* (Tratado das construções rurais), 1863, p. 13.
58. *Elsam's design for cottages* (Projetos para *cottages* por Elsam), Londres, 1816, p. 19.
59. Ducpétiaux, "Museus permanentes de economia doméstica e de higiene".
60. *Art. cit.*, p. 330.
61. Dr. Voillot, *Cartas sobre a importância de uma habitação salubre*, 1841.
62. Piorry, *Habitações*, 1838, p. 89.
63. Cf. M. E. de la Querière, "Observações sobre o regulamento da prefeitura de Ruão", in *Revue de l'architecture et des travaux publics*, 1845, p. 26.
64. P. S. Girard, *Simples comunicação sobre o estado atual das águas públicas de Paris*, Paris, 1831, p. 34.
65. *First report...*, p. 235.

O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil

Carlos Roberto Monteiro de Andrade

Breve comentário sobre a historiografia do urbanismo no Brasil

O plano de saneamento, melhoramentos e extensão da cidade paulista de Santos, elaborado pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito e por ele executado na segunda metade da década de 1900, constituiu uma das primeiras obras do urbanismo moderno em nosso País. Assim, bem antes dos trabalhos de Lúcio Costa, ou da construção de Brasília na década de 50, o urbanismo - e com ele a concepção de planejamento urbano - irá se implantar e se firmar no Brasil através dos projetos e realizações dos engenheiros sanitaristas, dentre os quais se destacou Saturnino de Brito e, de modo pioneiro, seu plano para Santos.

A historiografia do urbanismo no Brasil, quando se debruça sobre os trabalhos do início do século, não tem dado quase nenhuma atenção a estes projetos, apesar do grande número de obras de saneamento e planos urbanos realizados por engenheiros sanitaristas como Brito, Lourenço Baeta Neves, Miguel Presgrave, Teodoro Sampaio, Bernardino de Queiroga, Manoel Pereira Reis, Américo Rangel, José Pereira Rebouças e outros. Somente Saturnino de Brito executou obras de saneamento e elaborou planos de extensão para mais de duas dezenas de cidades brasileiras.[1] Entretanto, o que mais atraiu os historiadores de nossas cidades foram as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, projetadas desde 1903 e executadas ao longo da primeira década do século. Essas intervenções, embora no bojo de um projeto de remodelação da Capital, visando criar uma imagem de cidade européia em pleno trópico, não consistiram, de fato, em aplicações do urbanismo moderno então nascente. Nem mesmo as proposições haussmannianas pode-se dizer que ali estiveram plenamente presentes, apesar da abertura da avenida Central ou pelo fato de Passos ter sido um admirador das cirurgias urbanas do prefeito de Paris sob Napoleão III.

Pois, se nas operações haussmannianas ainda não temos a concepção de plano urbano em sua acepção moderna, isto é, como um elemento determinante do crescimento da cidade, portanto, antecipador de seu futuro, por outro lado, já encontramos nelas a representação da cidade como uma totalidade e a intervenção urbanística como meio de redefinição do conjunto da estrutura urbana. O mesmo já não sucede com as reformas de Passos no Rio de Janeiro que, mesmo se vinculadas às obras de modernização do porto e às realizações de Paulo Frontim, tiveram um caráter pontual e fragmentário, sem pretenderem dar uma resposta ao problema do crescimento da cidade a médio ou longo prazo. Claro que tais observações não devem nos levar a reduzir a importância das obras de Passos, na medida em que elas formularam um tipo novo de espaço público, induzindo novas formas de sociabilidade e criando uma imagem urbana que rompia com a tradicional paisagem herdada da Colônia. No entanto, para se atingir tais objetivos não foram precisos os princípios do urbanismo moderno ou mesmo as formulações haussmannianas. Bastaram as concepções contidas em projetos de embelezamento inspirados na tradição neoclássica, com alargamento e alinhamento de algumas ruas e o saneamento de quarteirões insalubres, sem a necessidade de um plano enquanto elemento de previsão do destino da cidade.[2]

Obviamente, no estudo da história não podemos nos deixar levar pelas aparências dos fatos. Não é porque Passos adotou uma política de fazer "tábula rasa" do tecido urbano que suas obras urbanísticas podem ser caracterizadas como haussmannianas, assim como não é porque Lúcio Costa se aproximou dos modernistas que gravitavam em torno de